

GOUÇON



Sem entrada nem saída

Já se torna monótono qualquer comentário sobre os parlamentares que insistem em desfalcando os plenários da Assembléia Nacional Constituinte e do Congresso. Ainda há pouco, até um chefe de Governo estrangeiro em visita oficial ao Congresso, por causa deles e a débito do Brasil, recebeu a descortezia da falta de quorum.

O perfil do Legislativo, por isso, vai desgastando-se e desgastando o sistema democrático. Sem a freqüência indispensável e de uma forma subliminar, os relapsos deixam a impressão de que só a medo dos obsoletos golpes ou distúrbios fúnebres, na crista das crises ululantes e que lhes ameacem o emprego político, realizam o trabalho para o qual se viram eleitos. E, com o mesmo elenco, a Assembléia Nacional Constituinte e o Congresso duplicam os prejuízos e ficam abúlicos e retardatários.

Presença já é exceção. E sente-se um constrangido gesto das Mesas para conduzir os trabalhos sem o susto das interrupções, quando acordos ficam aquém das votações regulamentares, de si difíceis no

caso dos artigos polêmicos.

O honrado presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, redobra esforços na caça dos ilustres pares, dispersos sob pretexto de cuidarem das bases, as quais, de proveito pessoal, passam a ser superiores aos alicerces das leis, a partir da maior, que a República é condenada a esperar, pagando o povo pelas fraturas partidárias que submetem o produto legislativo à inconsistência da matéria-prima fornecida pelas frentes ocasionais. Sem maturidade, formados às pressas para enfrentamento de eleições imediatas, os dois grêmios de vanguarda racham-se dentro do Governo e abalam o Poder. E como a maratona das candidaturas absorve o máximo de energia nas recomposições, relegam-se a plano secundário os trabalhos inerentes à consolidação democrática, apenas defendida por minoria assídua e, portanto, sacrificada.

Revéis na Constituinte e no Congresso, os culpados se sentem até distinguidos com o lembrete de telegramas e telefonemas — à custa dos

contribuintes — a fim de viajarem a Brasília — por conta dos contribuintes — e cumprirem com suas obrigações — à conta dos contribuintes. Venham ou não, porém, dá no mesmo, em termos de remuneração, titularidade do mandato e privilégios que incluem apartamento sob reserva exclusiva.

Receia-se, com boa margem de motivos, que não serão siglas novas e com velhos comandos que mudarão o curso político. Talvez mudem endereços. Não o quadro clínico prometido para se sair do túnel em 1985 e 86, após os des-caminhos desde 1964. Pelo jeito, vão repetir-se as frentes porque, em termos dos partidos, só se resolve começar tudo de novo, embora em baixo das suspeitas de interesses pessoais ou, quando muito, de grupos.

É, a propósito: a Constituinte foi instalada em 1º de fevereiro de 1987. Em dezesseis meses, por carência de método e de filosofia partidária, ainda nem vislumbra a entrada do segundo turno. Quanto mais a saída.